



b) IPSS

**ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA
“AMIGOS DE TERRUGEM”**

Anexo

**CONTAS DE GERÊNCIA
2024**

31 de Dezembro de 2024



Índice	Pag.
1 Identificação da Entidade	4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3 Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1 Bases de Apresentação	5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	11
5 Activos Fixos Tangíveis	11
6 Activos Intangíveis	12
7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira	12
8 Custos de Empréstimos Obtidos	12
9 Inventários	12
10 Rédito	13
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	14
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	14
14 Imposto sobre o Rendimento	14
15 Benefícios dos empregados	14
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
17 Outras Informações	15
17.1 Investimentos Financeiros	15
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
17.3 Clientes e Utentes	15
17.4 Outras contas a receber	18
17.5 Diferimentos	18
17.6 Outros Activos Financeiros	19
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	19
17.8 Fundos Patrimoniais	19
17.9 Fornecedores	20
17.10 Estado e Outros Entes Públicos	20
17.11 Outras Contas a Pagar	20
17.12 Outros Passivos Financeiros	21
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	21
17.14 Fornecimentos e serviços externos	21
17.15 Outros rendimentos e ganhos	22

17.16 Outros gastos e perdas	23
17.17 Resultados Financeiros	23
17.18 Análise Económica e Financeira.....	23
17.19 Acontecimentos após data de Balanço.....	25

1 Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade:

A.B.A.T. - Associação Beneficência “Amigos de Terrugem”

Bairro Stº António - Rua das Laranjeiras

7350-491 Terrugem

NIF: 500943826

1.2 – Natureza da Actividade:

A “ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA "AMIGOS DE TERRUGEM"” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social” com Estatutos publicados no Diário da República n.º 185, Série III, em 12-08-1982, alterado ao abrigo do Dec-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, com sede em Bairro St. António, Rua das Laranjeiras. Tem como actividade principal o alojamento de idosos e outras prestações sociais a idosos e crianças sem alojamento, para que possa prosseguir os seus objectivos:

- Contribuir e dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- Promoção de assistência social, moral e económica a pessoas necessitadas;
- Assistência a crianças e pessoas da terceira idade.

Secundariamente a A.B.A.T. desenvolve os seguintes objectivos:

- Prevenção, promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Educação e formação profissional dos cidadãos
- Promoção da cultura física e desportos;
- Promoção da cultura intelectual e inerentes de atividades culturais e recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações

introduzidas pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, à excepção do edifício sede e respectivo terreno que, por decisão da Administração foram sujeitos a reavaliação em 2016.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa

inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, de acordo com o seu valor patrimonial tributário (VPT).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	6 a 20
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	1 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados ao justo valor.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Activos Intangíveis

Não se verificam quaisquer investimentos nesta rubrica.

3.2.4 Investimentos em Curso

Não se verificam quaisquer Investimentos em Curso no final do Exercício de 2024.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos Inventários inclui todos os custos de compra, custo de conservação e outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e condição actual. Outros custos somente são incluídos nos custos dos Inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e condição actuais.

A Entidade adoptou como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos FinanceirosAssociados

A conta “2641” reflecte o saldo das quotas dos associados por cobrar à data de 31 de Dezembro de 2024, no montante de 54,00 €.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido:

Designação	Saldo	OBS.
Utentes	8.112,33	
Adiantamentos ao Pessoal	960,00	
Autoridade Tributária	2.370,00	Consignação IVA/IRS 2023
TOTAL	11.442,33	

O valor correspondente aos adiantamentos ao pessoal corresponde ao adiantamento a Colaboradores.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista nos § 17.13 e 17.14 da NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas “Caixa e Depósitos Bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal:

Designação	Saldo	OBS.
Fornecedores	28.853,04	
Estado e Outros Entes Públicos	29.801,01	
T.S.U.	23.087,53	
I.R.S.	2.893,00	
Processo de Execução (TSU) CDSS de Portalegre	3.820,48	
Credores por Acréscimos Gastos	91.244,49	
Remunerações a Pagar e respectivos encargos	90.885,47	
- Subsídio de Férias + Encargos	44.263,94	
- Mês de Férias + Encargos	46.621,53	
E.D.P., Comercial, S.A.	0,00	
Tranquilidade, S.A.	359,02	
TOTAL	149.898,54	

O Processo de Execução instaurado pelo CDSS de Portalegre deveu-se ao facto da Instituição ter ficado sem liquidez para poder efectuar o pagamento da TSU, referente à Entidade Patronal, dos meses de Dezembro 2020 e Maio e Junho de 2021.

3.2.7 Diferimentos

O Saldo devedor desta rubrica, no montante 2.268,18 €, corresponde à estimativa dos gastos com seguros de viaturas 962,99 €, Outros diversos (Seguro Acidente de Trabalho TPCO), no valor de 683,21 € que irão ser reconhecidos em 2025 pelo custo histórico e 621,98 referentes aos juros e custas processuais inerentes ao Processo de regularização de dívida com o CDSS de Portalegre (TSU).

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

DESIGNAÇÃO	VALOR	Obs.
Fundos	224.459,05	Edifício Sede e Praça Touros
Resultados Transitados de Anos anteriores	-905.139,81	
Resultados Transitados-Transferência POC/SNC	0,00	
Resultados Transitados - Excedentes de Revalorização	720.259,19	Praça de Touros
Resultados Transitados-Correções relativas Exerc. anteriores	-41.954,50	
Redução do Excedente de Revalorização (Edif. Sede)	878.057,24	
Redução do Excedente de Revalorização (Terreno)	90.000,00	
Total de Resultados Transitados	741.222,12	
Reavaliação do Edifício Sede	0,00	
Reavaliação do Edifício Sede (Impostos Diferidos)	0,00	
Total de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis	0,00	
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	11.754,81	Subsídio Município de Elvas
Resultado Líquido do Período	-22.138,83	
Total dos Fundos Patrimoniais	955.297,15	

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

À data de 31-12-2024, a Instituição não apresenta qualquer valor em dívida uma vez que o crédito contraído no Novo Banco foi totalmente amortizado no decorrer do exercício.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto:

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Deste modo, nos termos da alínea b) do preceito legal acima referido, a Instituição não terá de reconhecer qualquer imposto sobre o rendimento a pagar.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

Por decisão da Administração procedeu-se á reavaliação do edifício sede da Instituição no ano de 2016. Deste modo, nos termos da NCRF 7 (Ativos Fixos Tangíveis) por remissão do § 7.11 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo e com base no Relatório de Avaliação, produzido pela empresa Rodrigues Sequeira, Engenharia, Lda. em 19 de Março de 2016, a reavaliação foi reconhecida da seguinte forma:

PROCEDIMENTO DE REAVALIAÇÃO (DEPRECIÇÕES ATÉ MARÇO DE 2016-DATA DA REAVALIAÇÃO)						
DESIGNAÇÃO CONFORME INVENTÁRIO DE INVESTIMENTOS	VALORES AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DA AVALIAÇÃO	EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO	IMPOSTO DIFERIDO
Terreno	- €	- €	- €	90.000,00 €	90.000,00 €	- €
Edifício Sede	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.600.000,00 €	1.120.408,91 €	235.285,87 €
TOTAIS	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.690.000,00 €	1.210.408,91 €	235.285,87 €

Assim, no período de 2024 ocorreram os seguintes movimentos nos “Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural”:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	872.342,00	872.342,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	91995,19	1995,19	90.000,00	91995,19	1995,19	90.000,00
Edifícios Outras Construções	1798.428,83	1788.874,42	9.554,41	1813.639,38	1790.557,65	23.081,73
Equipamento Básico	346.657,14	289.055,89	57.601,25	338.414,77	281.157,21	57.257,56
Equipamento de Transporte	129.057,70	129.057,70	0,00	110.241,75	110.241,75	0,00
Equipamento Administrativo	14.446,66	12.658,86	1.787,80	14.130,55	13.007,66	1.122,89
TOTAL	3.252.927,52	2.221.642,06	1.031.285,46	3.240.763,64	2.196.959,46	1.043.804,18

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações Abates	Correcção de Depreciações (Exercícios Anteriores)	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Quantia escriturada Final
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	90.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	90.000,00
Edifícios e Outras Construções	9.554,41	15.210,55	0,00	0,00	0,00	1.683,23	0,00	0,00	23.081,73
Equipamento Básico	57.601,25	14.898,61	0,00	0,00	0,00	15.242,30	0,00	0,00	57.257,56
Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	1.787,80	0,00	0,00	0,00	0,00	664,91	0,00	0,00	1.122,89
TOTAL	1.031.285,46	30.109,16	0,00	0,00	0,00	17.590,44	0,00	0,00	1.043.804,18

As variações ocorridas ao nível desta classe foram as seguintes:

- Edifícios e outras construções: Benfeitoria piso da creche.
- Equipamento básico: 5 Camas eléctricas articuladas, com respectivas grades e colchões, Cortador de legumes, Marmita a gás 100 L e 10 cadeirões Relax com rodas, para utentes.

6 Activos Intangíveis

Activos Intangíveis

Não se verificou qualquer movimento nesta classe.

7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira

A Entidade não possui à data de 31-12-2024 qualquer Investimento em Curso ou Bens em Regime de Locação Financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, o seu detalhe encontra-se descrito no ponto 17.17 deste Anexo.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores, mensurados ao custo histórico:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.848,50	203.362,56	5.092,40	15.658,96	205.318,64	13.345,52	18.561,67
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	23.028,50	203.362,56	5.092,40	20.838,96	205.318,64	13.345,52	23.741,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				200.459,70			189.070,41
Variações nos inventários da produção				0,00			000

As reclassificações e regularizações, no montante de 13.345,52 €, ocorridas durante o exercício dizem respeito a:

- Devoluções de compras (3.505,52 €);
- Descontos e abatimentos em compras (9.840,00 €);

O seu Custo inclui todos os Custos de Compra e outros para os colocar no seu local e condições actuais.

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	429.480,92	467.775,72
Quotizações e jóias	8.226,00	8.058,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Subtotal	437.706,92	475.833,72
Juros	73,40	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	437.780,32	475.833,72

A diferença de 38.294,80 € na rubrica Quotas dos utilizadores ou seja participações de utentes, deveu-se às seguintes variações:

- Aumento nas pensões dos utentes idosos.
- Novo método de participação na admissão de novos utentes em ERPI.

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

No período de 2024, não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Durante o exercício do ano de 2024 não existiram quaisquer apoios desta natureza.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No ano de 2024 não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

14 Imposto sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta nos termos do art.º 10º do Código do IRC.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, no período de 2024 foram respectivamente:

Mesa da Assembleia Geral: 3

Direcção Administrativa: 5

Conselho Fiscal: 3

Os Órgãos Directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2024 foi de 40.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	469.891,22	528.297,56
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	101.082,07	117.013,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.208,74	3.417,26
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	289,49	1.722,58
Total	573.471,52	650.450,61

O aumento verificado com os gastos com pessoal deveu-se fundamentalmente ao aumento de colaboradores para colmatar baixas e a redução do horário de trabalho (37 horas semanais), assim como o aumento salarial anual que acompanha a evolução nacional no que diz respeito a esta matéria, dando-se assim cumprimento ao Contrato Colectivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego subscrito entre a CNIS e Sindicatos.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta uma dívida ao Instituto da Segurança Social, cujo valor inicial era de 21.712,89 €, dívida essa que se encontra regularizada por via de um PP (Plano Prestacional) de 48 prestações mensais estando à data de 31 de Dezembro de 2024 no valor de 3.820,48 €.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

No ano de 2024 a rubrica de Investimentos Financeiros apresenta o valor de 3.227,11 €, mensurado ao custo histórico de acordo com o seguinte quadro:

Designação	2023	2024
Fundo Compensação do Trabalho	2.903,72	2.903,72
Fundo Reestruturação do Sector Solidário	323,39	323,39
TOTAL	3.227,11	3.227,11

17.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

À data de 31 de dezembro de 2024 encontra-se reconhecida a quantia de 54,00 € (conta 2641) referentes a quotas de associados não cobradas.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2024 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	7.495,38	8.112,33
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	7.495,38	8.112,33

A rubrica Cientes e Utentes conta corrente encontra-se discriminada conforme quadros abaixo:

INFÂNCIA

CÓDIGO/VALÊNCIA: CRECHE	UTENTE	VALOR
1 - 12125	X X X X X X	230,00
1 - 12136	X X X X X X	57,42
1 - 12144	X X X X X X	108,00
1 - 12165	X X X X X X	232,96
Subtotal.....		395,42
CÓDIGO/VALÊNCIA: JARDIM INFÂNCIA	UTENTE	VALOR
1 - 13225	X X X X X X	126,00
Subtotal.....		126,00
CÓDIGO/VALÊNCIA: C.A.T.L.	UTENTE	VALOR
1 - 14145	X X X X X X	180,00
Subtotal.....		180,00
TOTAL INFÂNCIA.....		701,42

IDOSOS

E.R.P.I.		
CÓDIGO/VALÊNCIA: E.R.P.I.	UTENTE	VALOR
2 - 41089	XXXXXX	685,60
2 - 41162	XXXXXX	826,50
2 - 41139	XXXXXX	956,73
2 - 41166	XXXXXX	1.304,40
2 - 41164	XXXXXX	826,50
Subtotal.....		4.599,73
TOTAL E.R.P.I.....		4.599,73

CENTRO DE DIA		
CÓDIGO/VALÊNCIA: CENTRO DE DIA	UTENTE	VALOR
2 - 42344	XXXXXX	362,00
Subtotal.....		362,00
TOTAL CENTRO DE DIA.....		362,00

S.A.D.		
CÓDIGO/VALÊNCIA: AD	UTENTE	VALOR
2 - 43257	X X X X X X	517,45
2 - 43081	X X X X X X	120,00
2 - 43266	X X X X X X	433,30
2 - 43246	X X X X X X	494,70
2 - 43234	X X X X X X	385,93
2 - 43261	X X X X X X	15,20
2 - 43250	X X X X X X	72,00
2 - 43252	X X X X X X	410,60
Subtotal.....		2.449,18
TOTAL S.A.D.....		2.449,18

TOTAL IDOSOS.....	7.410,91
--------------------------	-----------------

TOTAL (INFANCIA+IDOSOS)	8.112,33
--------------------------------------	-----------------

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2024
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.523,31	3.330,00
A.T. (Consignação IRS e Reembolso IVA)	2.445,35	2.370,00
Outras operações (Adiantamentos ao pessoal)	77,96	960,00
Outros Devedores	8.121,52	3.461,77
Cobrador (Capital e Juros)	3.743,26	0,00
E.D.P.	41,08	53,66
I.E.F.P.	4.337,18	3.408,11
Total	10.644,83	6.791,77

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024, esta rúbrica encontra-se detalhada da seguinte forma:

Descrição	2023		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Gastos a Reconhecer		3.150,51		2.268,18
Seguro de Viaturas		881,33		962,99
Outros, diversos		2.269,18		1.305,19
Seguro Acidentes de Trabalho		683,17		683,21
ISS, IP. (juros e Custas)		1.586,01		621,98
Total		3.150,51		2.268,18
Rendimentos a Reconhecer		273,24		0,00
I.E.F.P.		273,24		0,00
Apoio CEI e CEI+		273,24		0,00
Total		273,24		0,00

Gastos a Reconhecer até 31 de Dezembro de 2024.

17.6 Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024, não apresenta qualquer valor.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2024
Caixa	6.296,54	4.211,29
Depósitos à ordem	20.174,80	7.690,16
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	26.471,34	11.901,45

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	224.459,05	0,00	0,00	224.459,05
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	702.927,33	38.294,79	0,00	741.222,12
Excedentes de revalorização (Reav. Livre)	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de Revalorização (Imp. Diferidos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	927.386,38	38.294,79	0,00	965.681,17

O aumento verificado na rubrica de Resultados Transitados corresponde aos seguintes factos ocorridos, respectivamente:

1. Transferência do RLE - Resultado Líquido do Exercício de 2023 no montante de 36.853,50 €.
2. Correção relativa ao programa MCES,IEFP - Medida Compromisso Emprego Sustentável do IEFP, 1.441,29 €.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Fornecedores c/c	18.815,81	28.853,04
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	18.815,81	28.853,04

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.701,97	1.574,92
Rendimentos de Capitais	0,00	0,00
Total	1.701,97	1.574,92
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.019,00	2.493,00
Rendimentos Trabalho Independente	248,00	400,00
Segurança Social	19.521,87	23.087,53
FCT e FGCT	0,00	0,00
Penhora de Vencimentos	0,00	0,00
Total	22.788,87	25.980,53

A rubrica IVA constante do **Activo** no montante de 1.574,92 € refere-se ao imposto suportado nas aquisições de géneros alimentícios cujo reembolso é solicitado até um ano após a data da factura da compra.

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos		83.741,78		91.557,32
Pessoal		80.209,59		90.885,47
Remunerações a pagar		65.584,30		74.420,75
Encargos com remunerações		14.625,29		16.464,72
Outras Despesas Diferidas		3.532,19		671,85
E.D.P. Comercial, SA		2.966,93		0,00
CESP - Sindicato		295,16		312,83
Tranquilidade Seguradora		270,10		359,02
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	83.741,78		91.557,32

O montante de 90.885,47 €, corresponde ao reconhecimento do Subsídio de Férias e Férias, a pagar aos funcionários e respectivos encargos para a Segurança Social, referentes a 2024, que serão pagos em 2025.

O montante de 312,83 € refere-se à verba a pagar ao Sindicato dos funcionários (CESP), devido a quotas que lhes foram cobradas no mês de dezembro de 2024.

O montante de 359,02 € refere-se a acertos de seguro de acidentes de trabalho.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024, não apresenta qualquer valor.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	443.525,71	460.266,76
C.D.S.S.S. de Portalegre	417.543,68	449.418,65
U.F.T.V.B.	2.750,52	560,00
Município de Elvas	0,00	10.000,00
I.E.F.P., IP	23.231,51	288,11
Doações e heranças	18.662,82	6.129,00
Total	462.188,53	466.395,76

O subsídio pelo IIEFP, IP corresponde aos processos CEI/CEI+ e MCES-Medida Compromisso Emprego Sustentável.

As “Doações e heranças” dizem respeito aos donativos concedidos à Instituição.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2023	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	39.597,65	56.513,76
Materiais	14.262,32	22.366,73
Energia e fluidos	25.875,96	36.638,46
Deslocações, estadas e transportes	1.006,80	0,00
Serviços diversos	7.710,21	6.958,37
Total	88.452,94	122.477,32

O acréscimo na Rúbrica de Serviços especializados, deveu-se ao aumento dos custos com -
- Honorários (Médico, Enfermeiro e Advogado);
- Reparações e conservação dos equipamentos e Imóvel (Pintura geral do edifício Sede, todo o interior e parte do exterior).

O acréscimo na Rúbrica de Materiais, deveu-se ao aumento bastante significativo na aquisição de Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido e de Rouparia, (Jogos de Cama, Edredons, etc.)

O acréscimo na Rúbrica de Energia e Fluidos deveu-se principalmente ao aumento do custo com electricidade.

17.15 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Outros Rendimentos	16.707,42	17.271,06
Rendimentos Suplementares	13.044,19	9.950,30
Aluguer de Equipamento	5.750,00	5.750,00
Aluguer da Praça de Touros	5.750,00	5.750,00
Outros Rendimentos Suplementares	7.294,19	4.200,30
Energia eléctrica	749,64	575,58
Estorno de Seguro	3.695,00	0,00
Festas e Outros Eventos	2.849,55	3.624,72
Outros	3.663,23	6.592,59
Restituição de IVA	1.391,50	2.114,81
Consignação IRS	2.271,73	2.200,00
Outros	0,00	2.277,78
Subtotal	16.707,42	15.792,89
Subsídios - Município de Elvas (Imputação dos Subsídios ao Investimento nos termos do Capítulo 14 da NCRF-ESNL)	0,00	728,17
Subtotal	0,00	728,17
Outros Rendimentos e Ganhos	TOTAL	16.707,42
		17.271,06

O montante de 2.277,78 € referente na Rúbrica Outros, corresponde ao reconhecimento de um rendimento relacionado com uma despesa inicialmente suportada referente ao

pagamento de um funeral de um utente, no valor de 1.527,78 € e á mais-valia obtida com a alienação da viatura 19-36-GG, no montante 750,00 €.

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2024
Imposto de Selo	25,81	6,02
Dívidas incobráveis	364,00	156,00
Taxas	844,34	430,00
Coima	250,00	0,00
Outros Gastos (Quotizações)	344,00	344,00
Outros não especificados	638,26	964,03
Total	2.466,41	1.900,05

O valor referente às dívidas incobráveis diz respeito às quotas não cobradas dos associados que renunciaram ou faleceram.

Os “Outros Gastos” referem-se às quotizações pagas à UDIPSS Portalegre - 320,00 € e BVE 24,00 €.

Os Outros não especificados dizem respeito a encargos relacionados com o processo de dívida á Segurança Social.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	630,47	150,54
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	630,47	150,54
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	73,40	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	73,40	0,00
Resultados Financeiros	-557,07	-150,54

Os “Juros suportados” correspondem ao empréstimo referido na Nota 8 deste Anexo.

No que aos “Juros obtidos” diz respeito incluem os juros obtidos de “Outros devedores”.

17.18 Análise Económica e Financeira

Rácios Financeiros		2022	2023	2024
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Activo}}$	0,87	0,87	0,87
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	0,67	0,52	0,37
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$	0,19	0,20	0,08

A Autonomia Financeira representa o nível de independência financeira da Instituição perante os seus Credores. Trata-se de um indicador bastante importante para análise aquando do recurso, se necessário, ao crédito. Considerando-se que uma Autonomia Financeira bastante aceitável tem por base o índice de 0,20, verifica-se que ao longo do triénio em análise, esse indicador é claramente superior, significando portanto que em caso de necessidade, não existirão restrições de acesso ao crédito.

Os Rácios de Liquidez medem a capacidade da Instituição solver os seus compromissos a curto prazo. Quanto maior for o indicador maior será a probabilidade de reembolsar o crédito obtido dos fornecedores e de outros credores a curto prazo. A Liquidez Geral indica a capacidade que a Instituição tem em fazer face aos débitos de curto prazo utilizando os montantes das disponibilidades, Clientes, utentes e Inventários. A Liquidez Imediata mede a capacidade de a Instituição solver os compromissos de curto prazo recorrendo somente às disponibilidades. O decréscimo verificado deve-se à diminuição nos outros activos correntes (outras contas a receber) e na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”.

Rácios Actividade		2022	2023	2024
Prazo Médio de Recebimentos	$\frac{\text{Dividas de Terceiros x 365 dias}}{\text{Volume de Negócios}}$	30,39	35,36	8,08
Prazo Médio de Pagamentos	$\frac{\text{Fornecedores x 365 dias}}{\text{Compras + Fornecimentos e Serviços Externos}}$	51,50	23,13	27,64

Pela análise aos Rácios de Actividade verifica-se que a Instituição honra os seus compromissos num prazo mais longo relativamente ao Prazo Médio de Recebimentos, ou seja, recebe num prazo mais curto do que aquele que paga.

Rácios Económicos		2022	2023	2024
Rendibilidade do Activo	Resultado Líquido do Período	0,01	0,03	-0,02
	Activo			
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	0,01	0,04	-0,02
	Fundos Patrimoniais			

A Rendibilidade do Activo, é um indicador económico que mede a capacidade dos activos da Instituição em gerar retorno financeiro sendo, portanto um bom indicador para medir a qualidade da gestão. Um resultado elevado significa que os activos da Instituição têm elevada capacidade para gerarem retorno financeiro. Um resultado negativo significa que os ativos da Instituição têm baixa capacidade para gerarem retorno financeiro. A redução verificada está directamente relacionada com a diminuição do RLE (Resultado Líquido do Período).

A Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais representa a capacidade dos fundos patrimoniais da Instituição em gerar retorno financeiro. De outra forma, a Rendibilidade dos fundos patrimoniais procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão da aplicabilidade dos fundos concedidos pelos *stakeholders* (Utentes, Associados e Segurança Social) em termos de produção de resultados financeiros. Assumindo que os fundos patrimoniais da Instituição representam a sua situação patrimonial líquida, isto é, o seu valor contabilístico, pode-se considerar a rendibilidade dos fundos patrimoniais como sendo a rendibilidade da própria Instituição. A redução verificada neste exercício justifica-se pelo mesmo motivo atrás citado.

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

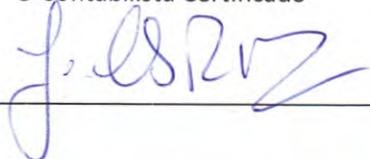
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

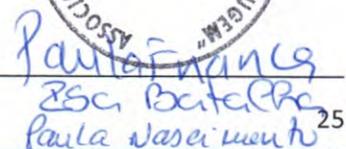
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direcção Administrativa em 17-03-2025.

Terrugem, 17 de Março de 2025

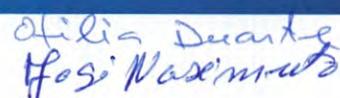
O Contabilista Certificado






 Paula Vasconcelos²⁵




 Paula Vasconcelos